

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 01416.009820/2016-13

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de licenças de software para utilização na Superintendência de Análise de Mercado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição/Especificação	Quantidade	Valor Máximo
1	Adobe InDesign CC - assinatura pelo período de 3 anos	4	R\$ 18.120,00
2	Adobe Illustrator CC - assinatura pelo período de 3 anos	4	R\$ 18.300,00
3	Adobe Photoshop CC - assinatura pelo período de 3 anos	4	R\$ 19.500,00

1.2. Nos termos do art. 48, inciso I da Lei Complementar 123, de 2006, esta licitação é destinada à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Segunda a Norma Complementar do Regimento Interno da ANCINE, são atribuições da Coordenação do Observatório do Cinema e do Audiovisual (COB), entre outras:

2.1.1. editar e revisar os informes, relatórios, análises e estudos para publicação no OCA;

2.1.2. elaborar catálogos e anuários com informações dos diversos segmentos da atividade audiovisual brasileira;

2.1.3. propor aprimoramentos à forma de divulgação das informações e dos relatórios publicados no OCA, observando as orientações da Assessoria de Comunicação quanto à uniformização da imagem institucional da Agência;

2.2. Dessa forma, cabe à COB, preparar os trabalhos de análise do mercado audiovisual produzidos pelas diferentes Secretarias, Superintendências e Coordenações da ANCINE, com o objetivo de publicá-los no site do OCA, incluindo as tarefas de revisão de dados, tabelas, gráficos e textos, além de diagramação;

2.3. Para a tarefa de “diagramar” a coordenação tem usado, até então, a solução de software do Pacote Office, também conhecido como Word, que não é atende a contento a todos os requisitos dos trabalhos.

2.4. Logo, com o intuito de ampliar a qualidade dos trabalhos publicados no site do Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual e, principalmente, tornar o trabalho

de diagramação das referidas publicações mais rápido e eficiente, faz-se necessária a aquisição de licenças de softwares de editoração profissionais listados, para todas as estações de trabalho da coordenação.

2.5. Os três softwares são complementares e necessários para a elaboração completa das publicações. Operam de forma integrada, agilizando a comunicação e troca de arquivos, textos, gráficos e tabelas.

2.6. A COB necessita de quatro licenças, para todas as estações de trabalhos da unidade. As quatro licenças são necessárias na medida em que os arquivos precisam ser livremente trocados entre todos os servidores da coordenação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Descrição

3.1.1. Conjunto de Softwares para execução de serviços da Coordenação do Observatório do Cinema e do Audiovisual, subordinada à Superintendência de Acompanhamento de Mercado.

3.2. Bens e/ou Serviços

3.2.1. Adobe InDesign CC

3.2.1.1. Quantidade: 4 licenças

3.2.1.2. Período: Assinatura pelo período de 3 anos (incluindo suporte e atualização)

3.2.2. Adobe Illustrator CC

3.2.2.1. Quantidade: 4 licenças

3.2.2.2. Período: Assinatura pelo período de 3 anos (incluindo suporte e atualização)

3.2.3. Adobe Photoshop CC

3.2.3.1. Quantidade: 4 licenças

3.2.3.2. Período: Assinatura pelo período de 3 anos (incluindo suporte e atualização)

3.3. Os bens acima consideram-se bens comuns, conforme art. 1º da Lei 10.520/2002.

4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. Licença Adobe InDesign CC

4.1.1. Aquisição de 4 licenças corporativas pelo período de 3 anos (com suporte e atualização) com a última versão disponível do software em Português do Brasil.

4.2. Licença Adobe Illustrator CC

4.2.1. Aquisição de 4 licenças corporativas pelo período de 3 anos (com suporte e atualização) com a última versão disponível do software em Português do Brasil.

4.3. Licença Adobe Photoshop CC

4.3.1. Aquisição de 4 licenças corporativas pelo período de 3 anos (com suporte e atualização) com a última versão disponível do software em Português do Brasil.

4.4. O detalhamento das especificações dos itens deste Termo de Referência figuram como Anexo I – Especificações Técnicas da Solução.

5. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens

recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. detectar eventuais deficiências relacionadas com a execução do objeto, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, e comunicar a ocorrência de qualquer fato que exija medida corretiva por parte do CONTRATADO, solicitando imediata interrupção, se for o caso;

5.1.6. proporcionar os meios indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

5.1.7. recusar, com a devida justificativa, qualquer objeto entregue fora das especificações exigidas e constantes na proposta do CONTRATADO;

5.1.8. solicitar a troca dos materiais que não atenderem as especificações do objeto contratado;

5.1.9. aplicar ao CONTRATADO as penalidades regulamentares e contratuais;

5.1.10. atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetiva entrega dos materiais;

5.1.11. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. responsabilizar-se pela entrega do objeto, disponibilizando-o, por sua conta e risco, no prazo e local exigidos neste Anexo, em estrita observância às especificações constante na proposta;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.4. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.5. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

6.1.6. atender prontamente quaisquer exigências do(s) representante(s) da Administração inerentes ao objeto da contratação;

6.1.7. relatar à fiscalização toda e qualquer irregularidade observada quanto à execução do objeto, prestando os esclarecimentos necessários;

6.1.8. não transferir a outrem o objeto contratual, no todo ou em parte;

6.1.9. sanar as irregularidades apontadas nos recebimentos provisórios e definitivos;

- 6.1.10. garantir a troca dos objetos durante o período de garantia;
- 6.1.11. substituir, a suas expensas, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, a contar da notificação, o objeto recusado na fase de recebimento;
- 6.1.12. responsabilizar-se por todas as despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto;
- 6.1.13. responsabilizar-se por quaisquer acidentes, danos ou prejuízos causados por seus empregados ao CONTRATANTE ou a terceiros, durante a permanência nas instalações do CONTRATANTE;
- 6.1.14. propiciar todos os meios necessários à fiscalização pelo CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar a contratação total ou parcialmente, a qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, assim como recusar os materiais e equipamentos empregados que julgar inadequados; e
- 6.1.15. emitir fatura no valor pactuado, de acordo com as condições da Nota de Empenho, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, apresentando-a ao CONTRATANTE para ateste e pagamento.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 9.1. O prazo de entrega dos bens e respectivas licenças de uso é de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho, em mídia física ou em sítio da internet adequado para sua transferência;
- 9.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- 9.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 9.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;
- 9.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 9.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do

contrato.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

11.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3. fraudar na execução do contrato;

11.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5. cometer fraude fiscal;

11.1.6. não mantiver a proposta.

11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

11.3. multa moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.3.1. multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

11.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

11.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

11.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

11.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. FISCALIZAÇÃO

12.1. A fiscalização do objeto do presente Termo de Referência será exercida por um representante da ANCINE, designado para esta finalidade específica, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência à Administração conforme art. 67 da lei nº 8.666, de 1993;

13. ESTIMATIVA DE PREÇO

Id	Bem/Serviço	Valor Estimado
1	Adobe InDesign CC - assinatura pelo período de 3 anos	R\$ 18.120,00
2	Adobe Illustrator CC - assinatura pelo período de 3 anos	R\$ 18.300,00
3	Adobe Photoshop CC - assinatura pelo período de 3 anos	R\$ 19.500,00
TOTAL		R\$ 55.920,00

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Id	Valor	Fonte (Programa/Ação)
1	R\$ 18.120,00	Orçamento da Ancine para o exercício de 2017
2	R\$ 18.300,00	Orçamento da Ancine para o exercício de 2017
3	R\$ 19.500,00	Orçamento da Ancine para o exercício de 2017
R\$ 55.920,00		= Total

15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Empreitada:	()	Preço Global	(X)	Preço Unitário
Adjudicação do Objeto:	()	Global	(X) ()	Por Item

15.1. A presente aquisição se dará mediante procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com esteio legal nos termos da Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/2005 e, ainda, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/1993

15.1.1. As propostas serão julgadas e adjudicadas pelo menor preço global;

16. CLASSIFICAÇÃO DE BENS COMUNS

16.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se nos pressupostos do §1º do Art. 2º do Decreto nº 5.450, de 2005, e também do parágrafo único do Art. 1º da Lei. Nº 10.520, de

2002, já que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por este edital e seus anexos, por meio de especificações usuais no mercado.

17. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

17.1. O fabricante do produto ofertado deverá respeitar, no que couber, os seguintes itens:

17.1.1. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 154481 e 154482

17.1.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares

17.1.3. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoH (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs)



Documento assinado eletronicamente por **João Carlos Levy Argel, Coordenador(a)**, em 05/05/2017, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Ferreira Pinto Bezerra Da Silva, Técnico Administrativo**, em 05/05/2017, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Glênio França, Secretário de Gestão Interna**, em 05/05/2017, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Albuquerque Ritter Dos Santos, Gerente de Tecnologia da Informação**, em 08/05/2017, às 08:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0428117** e o código CRC **ABF77A96**.

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO

1. Deverão ser adquiridos os seguintes softwares em suas últimas versões:

1.1. Adobe InDesign CC (4 licenças);

- 1.2. Adobe Illustrator CC (4 licenças);
- 1.3. Adobe Photoshop CC (4 licenças);
2. O tipo de licença é subscrição, por 36 (trinta e seis) meses.
3. Os softwares devem ser compatíveis com os seguintes Sistemas Operacionais:
 - 3.1. Microsoft Windows 7 Professional 32 bits;
 - 3.2. Microsoft Windows 7 Professional 64 bits;
 - 3.3. Microsoft Windows 10 Professional 32 bits;
 - 3.4. Microsoft Windows 10 Professional 64 bits;
4. Pelo prazo da licença deverá ser prestado suporte e garantia de atualizações.